



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**COORDENAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



**PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS AGRICULTORES  
DO ASSENTAMENTO JUNCO, EM MARAGOGI, ALAGOAS**

**DIOGO CAETANO OLIVEIRA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Ciências Agrárias como parte dos requisitos para obtenção do título de Engenheiro Agrônomo.

Rio Largo, Alagoas

2011

**DIOGO CAETANO OLIVEIRA**

**PERFIL SOCIECONÔMICO E CULTURAL DOS AGRICULTORES DO  
ASSENTAMENTO JUNCO, EM MARAGOGI, ALAGOAS**

Orientador: Prof. Jakes Halan de Queiroz Costa

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
ao Centro de Ciências Agrárias como parte  
dos requisitos para obtenção do título de  
Engenheiro Agrônomo.

Rio Largo, Alagoas

2011

**ATA DE REUNIÃO DE BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Aos 12 (doze) dias do mês de dezembro do ano de 2011, às 13hs (treze) horas, sob a Presidência do Professor Jakes Halan de Queiroz Costa, em sessão pública na sala do 8º período de Zootecnia, do Centro de Ciências Agrárias, km 85 da BR 104 Norte, Rio Largo-AL, reuniu-se a Banca Examinadora de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “**Perfil Socioeconômico e Cultural dos Agricultores do Assentamento Junco em Maragogi, Alagoas**”, do aluno **Diogo Caetano Oliveira**, sob matrícula 2007G0105, requisito obrigatório para conclusão do Curso de Agronomia, assim constituída: Prof. MSc. Jakes Halan de Queiroz Costa, CECA/UFAL (orientador); Profª Drª Tânia Marta Carvalho dos Santos, CECA/UFAL e Prof. MSc. Afonso Marinho Espíndola Filho, CECA/UFAL. Iniciados os trabalhos, foi dado a cada examinador um período máximo de 30 (trinta) minutos para a arguição ao candidato. Terminada a defesa do trabalho, procedeu-se o julgamento final, cujo resultado foi o seguinte, observada a ordem de arguição: Prof. MSc. Jakes Halan de Queiroz Costa, nota 10,0 (dez), Profª Drª Tânia Marta Carvalho dos Santos, nota 10,0 (dez) e Prof. MSc. Afonso Marinho Espíndola Filho, nota 10,0 (dez). Apuradas as notas, o candidato foi considerado **APROVADO**, com média geral 10,0 (dez). Na oportunidade o candidato foi notificado do prazo de máximo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, para entregar a Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso, devidamente protocolada, da versão definitiva do trabalho defendido, em 4 (quatro) vias, impressas e encadernadas em capa dura e uma cópia digitalizada em CD com as correções sugeridas pela Banca, sem o que esta avaliação se tornará sem efeito, passando o aluno a ser considerado reprovado. Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados para a lavratura da presente ATA, que depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos os membros da Banca Examinadora, pelo coordenador (a) do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e pelo coordenador (a) do Curso de Agronomia do Centro de Ciências Agrárias, da Universidade Federal de Alagoas. Rio Largo/AL, Xx de dezembro de 2011.

1º Examinador \_\_\_\_\_  
Prof. MSc. Jakes Halan de Queiroz Costa (Orientador)

2º Examinador \_\_\_\_\_  
Profª Drª Tânia Marta Carvalho dos Santos

3º Examinador \_\_\_\_\_  
Prof. MSc. Afonso Marinho Espíndola Filho

Coordenador do TCC \_\_\_\_\_  
Profª Drª Roseane Cristina Prêdes Trindade

Coordenador do Curso de Agronomia \_\_\_\_\_  
Profª Drª Leila de Paula Rezende

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai José Afrânio dos Santos Oliveira, por sempre estar me apoiando no meu aprendizado, jamais deixando que as dificuldades me abatessem, e estando sempre ao meu lado depositando sua confiança em mim.

Agradeço a minha mãe Selma Marques Caetano, por sempre acreditar no meu potencial e me aconselhando nas minhas decisões, nunca me deixando optar pelo lado mais obscuro.

Agradeço ao professor Jakes Halan de Queiroz Costa, por esta orientação, e pelo apoio me mostrando como poderia alcançar meu objetivo, e pela contribuição que teve na minha formação.

A todo o corpo docente do Centro de Ciências Agrárias, que me ensinou e contribuiu para a minha formação e meu crescimento, pela paciência e compreensão.

Agradeço com um carinho especial aos meus avós Antônio Caetano Umbelino e Jandete Marques Umbelino, pelos conselhos, incentivos, carinho e dedicação por toda a minha formação e vida.

De um modo geral a toda minha família e aos amigos e companheiros que sempre me apoiam e contribuem para o meu crescimento e nos meus projetos.

## **DEDICAÇÃO**

Dedico especialmente aos meus pais José Afrânio dos Santos Oliveira e Selma Marques Caetano que sempre estiveram ao meu lado, me dando apoio e educação necessários para minha formação e boa conduta, sempre me mostrando que através da dedicação e dos estudos eu alcançaria os meus objetivos. Vocês são a minha fonte de apoio e meu exemplo de vida.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Proprietários dos lotes, no Assentamento Junco, de acordo com a naturalidade, em 2011.....	16
Figura 2 – Distribuição dos proprietários dos lotes, do Assentamento Junco, conforme o gênero, em 2011.....	17
Figura 3 – Distribuição da população, do Assentamento Junco, conforme a cor da pele, em 2011.....	17
Figura 4 – Distribuição dos proprietários dos lotes, do Assentamento Junco, de acordo com estado civil, em 2011.....	18
Figura 5 – Composição familiar dos assentados, do Assentamento Junco, em 2011.....	19
Figura 6 – Distribuição dos assentados do Assentamento Junco, segundo a renda familiar, em 2011.....	20
Figura 7 – Tratamento da água no Assentamento Junco, em 2011.....	21
Figura 8 – Distribuição dos cultivos no Assentamento Junco, em 2011.....	22

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Culturas desenvolvidas no Assentamento Junco, em 2011.....	23
---	----

## RESUMO

OLIVEIRA, Diogo Caetano. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Agricultores do Assentamento Junco em Maragogi, Alagoas**. Rio Largo: CECA/UFAL, 2011. 27p. (Trabalho de Conclusão de Curso).

Os assentamentos agrícolas são caracterizados por serem produtos da luta pela terra, resultantes de movimentos sociais e apresentam um importante papel na agricultura, gerando renda, ocupação de terra, além de alternativas de produção de alimentos mais saudáveis. O presente trabalho teve como objetivo traçar o perfil social, econômico, cultural e agrícola dos produtores do Assentamento Junco, localizado em Maragogi, Alagoas, para possibilitar a visualização por parte de instituições oficiais, apontando alternativas e ações que possibilitem o desenvolvimento, geração de renda e melhorias na qualidade de vida da comunidade agrícola deste assentamento. Para atingir esse objetivo, foram realizados levantamentos bibliográficos, obtenção de dados secundários, visitas, observações de campo e a realização de entrevistas aos assentados a partir do uso de um roteiro com questões semiestruturadas. Constatou-se que a maioria dos assentados são velhos, 93% tem entre 41 e mais de 60 anos, diminuindo a força de trabalho ativa; a fertilidade dos solos nos lotes, na opinião dos assentados, é ruim com 60% dos mesmos afirmando esta; somente 26,6% dos assentados fazem registro das atividades em seus lotes.

Palavras-chaves: Produtores rurais, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar.

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO.....	8
REVISÃO DE LITERATURA.....	9
MATERIAL E MÉTODOS.....	14
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	16
CONCLUSÕES.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27

## 1.INTRODUÇÃO

A Reforma Agrária passou por um grande avanço nos últimos anos no Brasil. Milhares de famílias foram assentadas em terras, muitas vezes, pobres, de difícil acesso e sem infraestrutura. Somente em poucos casos as famílias conseguiram, se organizar e mudar de vida. Desta forma os pequenos produtores rurais ficam na dependência financeira de bancos, mas praticamente não recebem ajuda que lhes possibilitem a formação de uma infraestrutura que lhes garantam uma sustentabilidade. Muitos são inadimplentes, o que dificulta e impossibilita o acesso ao crédito, continuando no processo de assistencialismo que não é resolvido (KUSTER et al., 2004).

Apesar disso a agricultura brasileira vem se destacando de forma gradual. Segundo o censo agropecuário (IBGE, 2010) a mesma é responsável pela produção de alimentos de qualidade, produzidos em minifúndios, por pequenos agricultores, donos da própria terra, e com mão de obra familiar. Isso demonstra a importância econômica que essa classe exerce no setor primário da economia, levando alimentos para as mesas dos brasileiros de forma significativa.

A situação dos assentamentos rurais no estado de Alagoas é de miséria e pobreza, necessitando de políticas assistenciais além de planos de incentivos a produção agropecuária e industrial, com assistência técnica e educativa de qualidade (INCRA-PRA/2003).

Este trabalho teve o objetivo de traçar todo o perfil socioeconômico e cultural dos agricultores do assentamento Junco, em Maragogi, Alagoas, desde sua chegada ao município até o estabelecimento da comunidade, mostrando os problemas enfrentados ao longo dos anos.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

Agricultura familiar é entendida como o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão-de-obra essencialmente o núcleo familiar, em contraste com a agricultura patronal, que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em propriedades médias ou grandes (PORTUGAL, 2004).

Cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira são produzidos por agricultores familiares. No Brasil, a agricultura familiar é responsável pela produção de 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, e na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos. Para salientar a importância dessa força de trabalho, observa-se que 84,4% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares, são aproximadamente 4,4 milhões de unidades produtivas, sendo que a metade delas está na região Nordeste (IBGE, 2010).

A agricultura familiar e o meio rural, sempre foram vistos como a fonte de problemas, desenraizamento, miséria, isolamento, currais eleitorais, etc. A sociedade brasileira parece ter hoje um olhar novo sobre esse meio, surgindo indícios de que o meio rural é percebido igualmente como portador de “soluções”. Esta percepção positiva encontra, no meio rural, alternativas para o problema do emprego, para a melhoria da qualidade de vida, através de contatos mais diretos e intensos com a natureza, de forma intermitente ou permanente e através do aprofundamento de relações sociais mais pessoais, tidas como predominantes entre habitantes do campo (WANDERLEY, 2001).

Segundo Ferrante (1999), os assentamentos rurais tem como “projetos públicos”, “ações aparentemente não-políticas” efetuadas pelo Estado, responsável pela alocação das populações e pelo “traçado das rígidas regras de vocação agrícola e de produtividade”, mas que representam interesses e relações de poder das classes envolvidas.

Os assentamentos agrícolas aparentam ser uma dádiva oferecida pelo governo a que os assentados não têm o que questionar, os mesmos são pensados como agentes em mutação, numa forma de concepção de mudança em que o comportamento dos assentados ou a construção desses é orientada, o que leva a sofrer alterações na sociabilidade e nas formas de organização políticas propiciadas através do associativismo e do cooperativismo. Porém esse processo não ocorre sem estorvos e se faz presente na relação dos assentados com o poder local, ora recusando, ora aceitando as políticas a serem implantadas. O espaço social por sua vez é permanentemente reproduzido, o que permite a adaptação, aceitação ou assimilação de forma diferente da que foi planejada pelo governo (FERRANTE, 1999).

Segundo Graziano (1999), a agricultura familiar não significa pobreza e sim, uma maneira de produzir em que o núcleo de decisões, gerencia trabalho e capital, controlada pela família, sendo um sistema que predomina no mundo inteiro.

O modelo de assentamento rural no Brasil sofreu influências de outros modelos. Em meados da década de 70, utilizava-se o modelo cartesiano, o mesmo baseava-se na distribuição da terra em lotes individuais, não se considerando a aptidão agrícola do solo, partilhando a terra sem nenhum critério, gerando um modelo de ocupação rural injusto nos quais várias famílias recebem fracas e distantes terras do núcleo social. O associativismo não é influenciado por esse modelo, contribuindo para o individualismo dos agricultores, isolamento social, produção sem escala, baixa tecnologia, muito esforço e pouco resultado, baixa rentabilidade, elevando o custo de infraestrutura, dificuldade de mecanização, destruição da natureza e aplicação dispersa dos recursos financeiros (ÂNGELO; BONACCINI, 2002).

O modelo de assentamento rural-agrovila é construído com princípios urbanos no meio rural (conceito centro habitacional), com as casas sendo localizadas umas próximas às outras no sistema de vilas. As áreas produtivas são demarcadas logo após o núcleo habitacional, o que em muitos casos leva o agricultor a caminhar vários quilômetros para chegar ao seu local de trabalho. Neste caso algumas famílias também são desprivilegiadas com terras impróprias para a população, como no modelo cartesiano, o que acaba dificultado benefícios da

instituição financiadora em investimentos de redes de água, luz e urbanização. Este é um processo um pouco mais aperfeiçoado em contraste aos assentamentos com lotes individuais, pois de qualquer forma, também limita o sonho do assentado em ter o seu local para morar, reduz o apego a terra devido a família não ter uma participação mais direta no trabalho (LUCENA et al., 2007).

Lucena et al. (2007), falam que o modelo em questão foi amplamente difundido após as desregulações de mercado brasileiro e argentino pós década de 90. As verdadeiras consequências deste exemplar estão nas dificuldades de produção em escala, conflitos familiares e de vizinhança, falta de apego ao local, pouca participação da família nos negócios, falta de escala na produção, ociosidade da mão-de-obra familiar, perda de tempo em deslocamento, dificuldade em controlar a produção agrícola e as criações animais de pequeno porte, ausência da família no local de produção, facilitando a entrada de pessoas estranhas que podem se apropriar indevidamente dos bens, e dificuldade para implantar atividades coletivas de precisão e acompanhamento diuturnamente.

O desenvolvimento do assentamento tem uma finalidade bem definida, que é “atender aos princípios da justiça social e ao aumento da produtividade”. A produtividade social do trabalho deve diferir fundamentalmente daquelas nas propriedades no chamado “agronegócio”, onde os custos considerados são apenas os privados. A produtividade social do trabalho deverá ser maior do que os custos privados de produção, permitir a apropriação da renda e da fertilidade do solo, evitar danos aos recursos, incorporar inovações técnicas adequadas, viabilizar a cooperação entre as famílias assentadas (DELGADO, 2007a).

Segundo Delgado (2007a) a elevação da produtividade do trabalho em assentamentos requer o planejamento a partir do espaço público. Entrementes não requer um planejamento onde o estado assume também a execução, mas um planejamento no qual ele toma algumas medidas que apoiem e induzam a viabilidade social no assentamento.

Delgado (2007a) assume a ideia de que é necessário desenvolver os assentamentos para que possam se reinserir economicamente em novas bases. O projeto alternativo de desenvolvimento seria realizado pela geração de um excedente econômico sob novas relações de trabalho, outras organizações

produtivas e práticas ecológicas de cuidados ambientais. Destaca-se dentre eles o PRONAF e o programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA), encaminhando-se por um melhor arranjo institucional dos órgãos envolvidos (MDA, INCRA, MDS, CONAB/MAPA).

Os assentamentos rurais resultam numa melhora nas condições de vida e na produtividade da força de trabalho das famílias beneficiárias em relação à situação anterior a entrada nos lotes. Porém esse desenvolvimento está aquém do necessário para garantir o sucesso ou a continuidade das famílias na agricultura. Há duas tendências nas experiências existentes de assentamentos: a prática de uma agricultura de subsistência ou a adoção do padrão tecnológico da agricultura moderna. É necessário, ainda, elevar a produtividade do trabalho, implementando um padrão tecnológico distinto daqueles do agronegócio (NAVARRO, 1997; DELGADO, 2007b).

O assentamento Junco, onde há 47 famílias assentadas, se localiza no município de Maragogi, situado no extremo norte do estado de Alagoas, que ocupa uma área de 334,042 quilômetros quadrados, e onde vivem 28.749 habitantes (IBGE, 2010).

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o município de Maragogi é considerado o de maior área de assentamentos no estado de Alagoas, uma vez que 1/3 de suas terras passou a pertencer aos assentamentos rurais. Um total de 1065 famílias (sem contar com as que já estão acampadas) passou a viver na zona rural de Maragogi, cuja ligação com a cidade se dá por estradas não pavimentadas que se tornam intransitáveis no período das chuvas, o que dificulta ainda mais o acesso aos serviços básicos de saúde, educação, alimentação, entre outros necessários ao cidadão.

A maior parte dessa área destinada à implantação dos assentamentos rurais pertencia à usina de cana-de-açúcar Central Barreiros, de onde vieram muitos dos trabalhadores rurais. Outra parte dos trabalhadores dos engenhos e usinas de cana-de-açúcar e que não se integrou no processo de acampamento e posterior assentamento, instalou-se na periferia da cidade de Maragogi, e busca na pesca e na atividade turística qualquer tipo de sustento para seus familiares. A situação dessas famílias é de extrema pobreza (COOPEAGRO, 2011).

De acordo com o depoimento dos assentados, o início do processo de ocupação da antiga fazenda Junco ocorreu no final de agosto e início de setembro de 1997, quando algumas famílias sem-terra oriundas da região do litoral norte do Estado de Alagoas, principalmente dos municípios de Passo de Camaragibe, Matriz de Camaragibe, Porto Calvo e Paripueira, acamparam na fazenda, seguidas mais tarde por famílias de Pernambuco. A fundação do acampamento Junco aconteceu no dia 01 de setembro de 1997, data que até hoje é comemorada no assentamento. O acampamento nessa época era ocupado por 30 famílias, que já produziam e estavam dispostas a melhorar sua qualidade de vida através da agricultura, o que os incentivou a seguir com um movimento para desapropriar a terra, o que só veio a ocorrer no ano seguinte.

Após o processo de desapropriação e as famílias foram assentadas, no início as atividades foram incentivadas e subsidiadas pelo governo, mas com o passar dos anos essa preocupação foi diminuindo, e hoje o assentamento necessita de uma maior iniciativa do governo.

Alguns problemas sempre foram preocupação dos assentados, desde a desapropriação, como acesso a estradas, escola, hospitais, assistência técnica, violência, pois sempre houve furtos nos lotes sem preocupação alguma por parte do governo, tratamento de água, depósito do lixo.

Hoje o assentamento Junco, abriga 47 famílias, oriundas de vários municípios alagoanos e pernambucanos também, e está localizado no município de Maragogi, em Alagoas, que por sua vez tem uma faixa de 20 assentamentos agrícolas, demonstrando sua importância social e agrícola.

### 3. MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho foi realizado durante o período de julho à outubro de 2011 no assentamento Junco, no município de Maragogi, que está localizado no litoral norte de Alagoas, limitando-se a norte com o município de São José da Coroa Grande, do Estado de Pernambuco, a sul com o município de Japaratinga, ao leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Porto Calvo e Jacuípe. A área municipal ocupa 334,042 quilômetros quadrados. A sede do município tem uma altitude de 5 metros e coordenadas geográficas de 09° 00´ 44” de latitude e 35° 13´ 21” de longitude (IBGE, 2010).

Foram estudadas 30 famílias deste assentamento, no período de Julho à Outubro de 2011, utilizando-se de dados qualitativos e quantitativos obtidos a partir de observações promovidas quando da efetivação de visitas ao assentamento, além de contato com agricultores assentados. Foram também, realizadas entrevistas; em um primeiro momento as entrevistas foram semiestruturadas, depois foi seguido um roteiro de perguntas, com o objetivo de definir um diagnóstico do assentamento, além de conhecer o histórico e o perfil dos assentados.

Inicialmente foram coletados dados secundários sobre o assentamento, como dados do município no IBGE, mapas, laudos de vistoria, etc. Sendo feita assim uma primeira leitura para uma verificação das informações que deveriam ser coletadas e/ou acrescentadas. Em seguida foram realizadas reuniões com alguns assentados para entrevistas informais e ser traçado um perfil histórico da construção da comunidade. Depois, foram aplicadas aleatoriamente 30 entrevistas à famílias assentadas com um roteiro de perguntas.

Foram estudados os seguintes aspectos sócio-econômicos: escolaridade, qualificação profissional, participações em programas do governo, abastecimento de água, destino do lixo, características da moradia, bens de consumo, transporte utilizado na comercialização dos produtos agropecuários, formas de comercialização, condições das estradas, culturas plantadas, tipo de artesanato desenvolvido, utilização de agroquímicos e principais problemas enfrentados pelos

assentados. Os dados foram tabulados em planilhas do Excel e organizados em tabelas e figuras.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### *Perfil Socioeconômico*

O assentamento Junco abriga 47 famílias advindas de diferentes regiões do Estado de Alagoas e Pernambuco (Figura 1), principalmente do município de Porto Calvo (30%), 18% são de Maragogi, 10% do Passo de Camaragibe, 7% de Matriz do Camaragibe, 13% de municípios Pernambucanos, e 22% de outros municípios de Alagoas, os quais se uniram ao movimento durante atos realizados por todo o estado, atraídos pela promessa de terra, a área foi dividida em lotes com 5; 5,5 e 6 hectares.

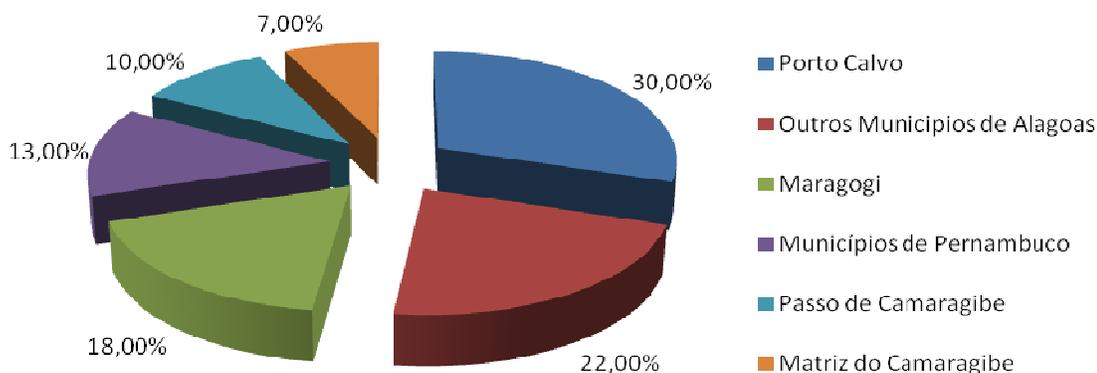


Figura 1 – Proprietários dos lotes, no Assentamento Junco, de acordo com a naturalidade, em 2011.

Fonte: Pesquisa de Campo

Foi observado (Figura 2) que a maior parte dos assentados entrevistados é do gênero masculino (65%), enquanto que 35% são do gênero feminino, como é comum em assentamentos agrícolas. Em relação à cor da pele, quando indagados, 53% dos titulares de lotes se consideravam pardos, 29% se diziam brancos e 18%

afirmaram ser negros. Da população do assentamento 66% se declararam parda, 27% se consideraram da cor branca e apenas 7% são declaradamente negros (Figura 3).

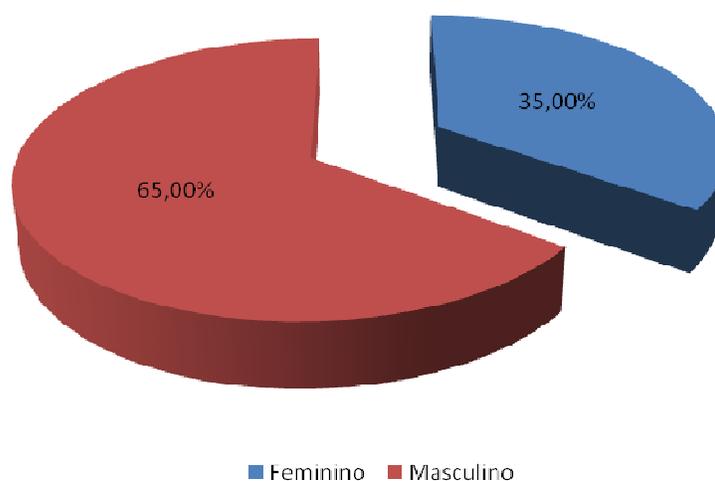


Figura 2 – Distribuição dos proprietários dos lotes do Assentamento Junco, conforme o gênero, em 2011.

Fonte: Pesquisa de Campo

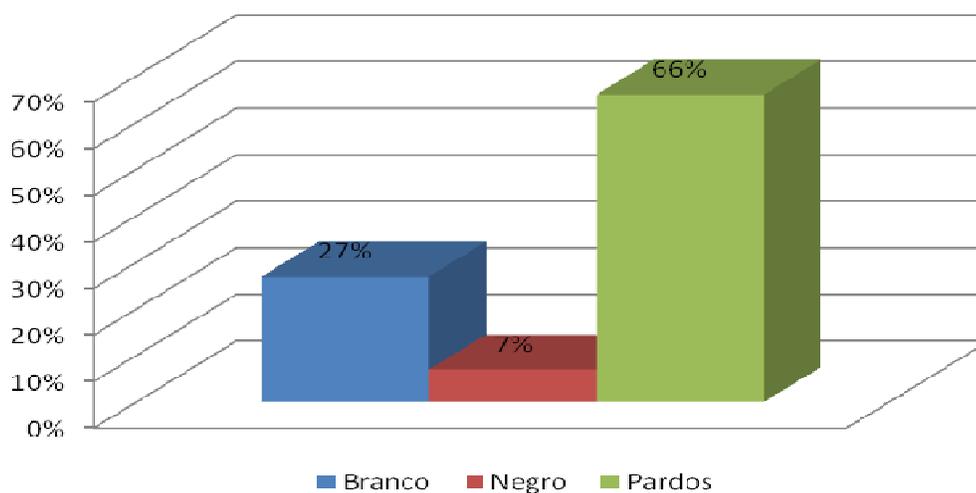


Figura 3 – Distribuição da população do Assentamento Junco, conforme a cor da pele, em 2011.

Fonte: Pesquisa de Campo

A despeito de no assentamento estar localizada uma igreja evangélica, Assembleia de Deus, nas famílias consultadas predominam pessoas da religião católica (73%), enquanto 27% dos entrevistados se disseram evangélicos.

A maior porção dos proprietários dos lotes (53%) tem idade entre 41 e 50 anos de idade, 28% tem entre 51 e 60 anos, 12% tem mais de 60 anos de idade e somente 7% tem entre 21 e 40 anos, observando assim que a maioria da população do assentamento é velha.

Quanto ao estado civil (Figura 4) 65% dos assentados são casados, 24% são solteiros, 7% separados e 4% são viúvos.

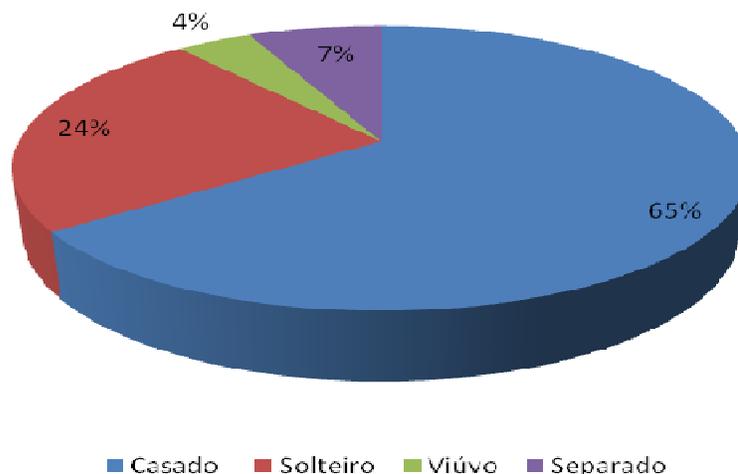


Figura 4 – Distribuição dos proprietários dos lotes, do Assentamento Junco, de acordo com o estado civil, em 2011.

Fonte: Pesquisa de Campo

As famílias, em sua maioria (65%), possuem de 1 a 3 membros, 29% possuem de 4 a 6 membros, e apenas 6% possuem de 7 a 10 membros. No assentamento Junco, 40% dos proprietários dos lotes recebem aposentadoria.

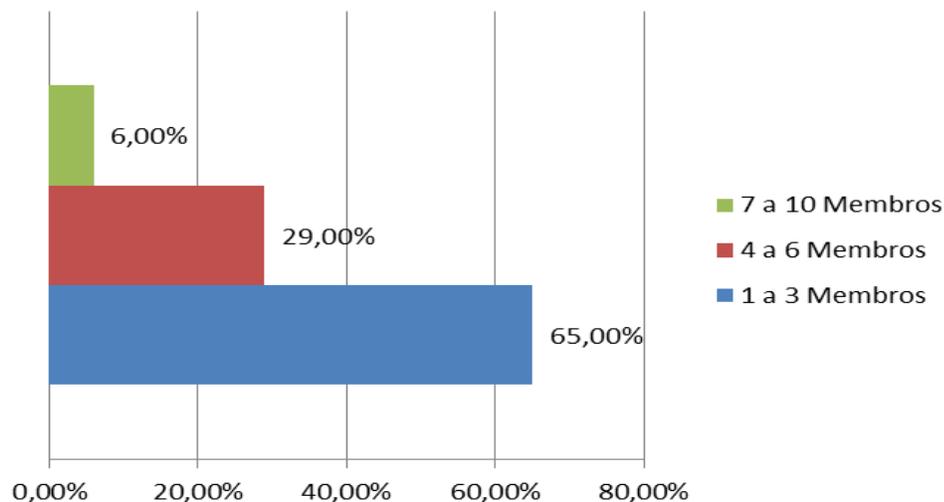


Figura 5 – Composição familiar dos assentados, do Assentamento Junco, em 2011.

Fonte: Pesquisa de Campo

Devido à busca de melhores condições de vida, uma grande fração dos assentados precisou parar interromper os estudos, resultando assim em um baixo grau de escolaridade no Assentamento Junco, 63% dos assentados cursaram ensino fundamental, 13% cursaram o ensino médio e 24% se disseram analfabetos.

Em relação à renda, 53% têm uma renda mensal de um salário mínimo, 37% menos de um salário mínimo, e 10% uma renda de mais que dois salários mínimos (Figura 6). Dos proprietários entrevistados, 47% responderam que recebem bolsa família, mostrando a importância dessa renda para as famílias. Foi constatado que apenas 54% dos assentados obtêm sua renda mensal pelo trabalho rural, 40% vivem de aposentadoria ou pensão, e 6% vivem de trabalhos fora do lote.

Os jovens e as mulheres participam de forma satisfatória de questões organizativas do assentamento, através de organizações de procissões, cultos religiosos, times de futebol. No Assentamento Junco existe um grupo de trabalho artesanal chamado “Mulheres de Fibra”, em que as artesãs utilizam a fibra da bananeira para a fabricação de peças para enfeite, bolsas, abajur, jogos americanos, entre outros. Esse tipo de trabalho ajuda na renda mensal das famílias

do Assentamento Junco, os produtos são comercializados em feiras e hotéis da região de Maragogi.

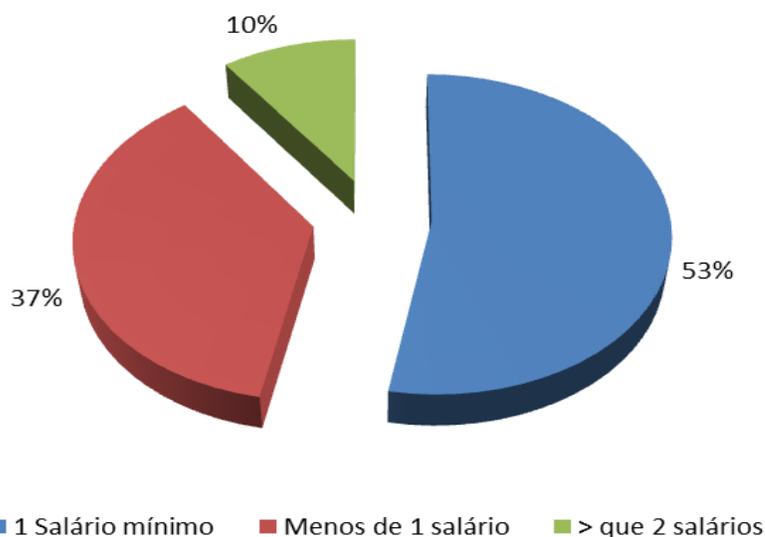


Figura 6 – Distribuição dos assentados, do Assentamento Junco, segundo a renda familiar, em 2011.

Fonte: Pesquisa de Campo

As habitações do Assentamento Junco são, em sua totalidade, feitas de alvenaria, com piso de cimento, e cobertura de telhas de cerâmica, a maioria das casas apresentam fossas sépticas, quando não apresentam, são feitas fossas rudimentares com buracos cavados ou até em céu aberto. Grande fração dos assentados queima o lixo (83%), 13% joga a céu aberto e 4% enterram.

O Assentamento Junco apresenta boa iluminação, cada casa tem um relógio de contagem de energia. O abastecimento de água é feito através de poços.

A água utilizada para consumo vem de poços nascentes das próprias casas, e o meio de tratamento é principalmente a cloração, utilizado por 68% dos assentados, 16% usam a filtração, 5% coam e 11% utilizam a água sem qualquer tratamento (Figura 7).

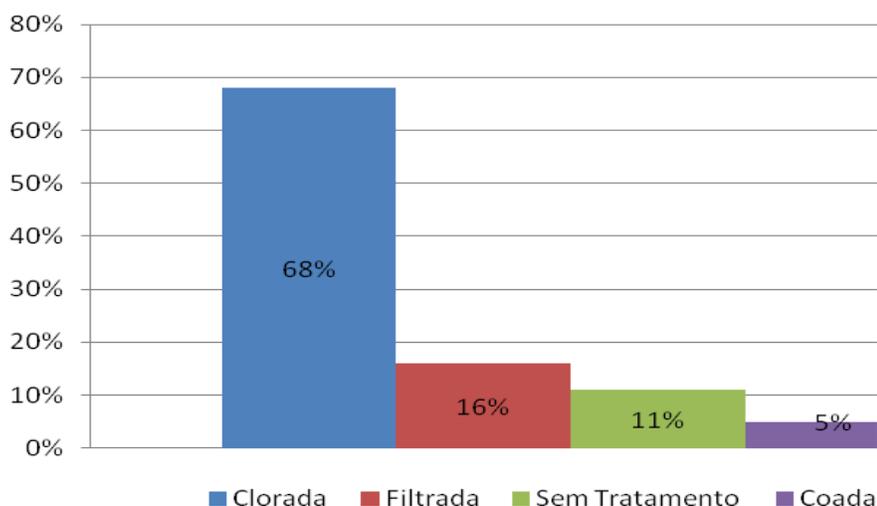


Figura 7 – Tratamento da água no Assentamento Junco, em 2011.

Fonte: Pesquisa de Campo

Dos bens de consumo foi observado que quase toda totalidade dos assentados possui televisor, fogão a gás e geladeira (95%), já aparelho de dvd é possuído por 67% deles, e rádio por 60% dos mesmos. Observou-se que 93% dos assentados utilizam aparelho celular para se comunicar e 7% utilizam telefones públicos.

Os assentados citaram que existem muito poucas opções de lazer, das quais, futebol e banho de rio. Apenas há uma data comemorativa no assentamento, que é o dia 1 de setembro, data em que foi fundado o Assentamento Junco.

Todos os assentados afirmaram fazer parte da associação. Os assentados afirmaram que há muito tempo o assentamento está esquecido pela assistência técnica, que é feita pela Cooperativa Agrícola de Assistência Técnica e Serviços (Coates).

Constatou-se que 100% dos assentados afirmaram que as condições das estradas são péssimas, e atrapalha o deslocamento, o que influi na comercialização da produção, acesso a hospitais e postos de saúde, escolas, supermercados.

### **Perfil Produtivo**

Dos assentados, 60% afirmaram que a fertilidade do solo é ruim, 30% afirmaram que é regular e 10% disseram que é boa. Há boa disponibilidade de água em 87% dos lotes, sendo destes, 35% provenientes de riachos, 19% para cada um dos próximos, cacimba, brejo e poço e 8% proveniente de açudes.

Dos agricultores entrevistados, 53% afirmaram que contratam trabalhador, a época de maior contratação é no verão, ou quando precisam.

O sistema de cultivo utilizado no assentamento é o de sequeiro, planta-se principalmente a cultura do coqueiro, seguido pela agricultura de subsistência. A cultura do coqueiro tem uma tradição na região litorânea, o que explica esse destaque, mas a produção não é tão satisfatória, devido a falta de renovação, mas essa cultura é de grande importância na renda nos agricultores.

Alguns problemas limitam a produção dos assentados, como a falta de organização para comercialização dependendo de atravessadores, não obtendo um preço satisfatório e problemas com o controle de pragas e doenças nas culturas (Figura 8 e Tabela 1).

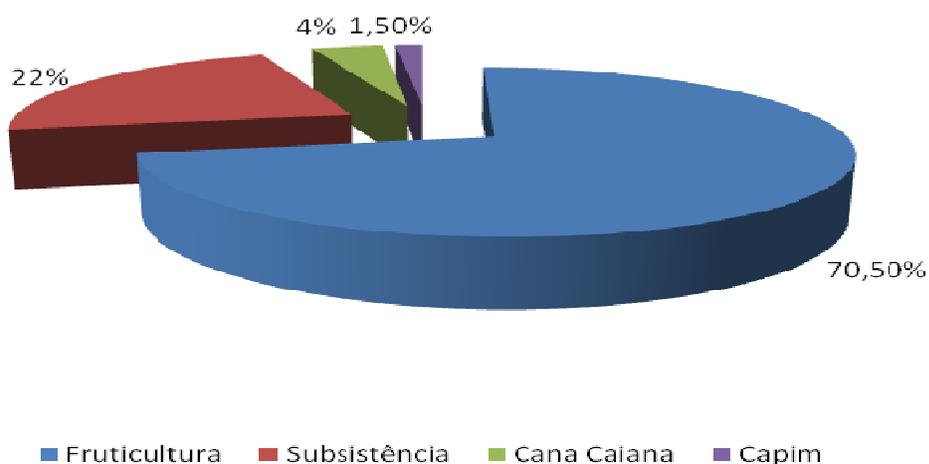


Figura 8 – Distribuição dos cultivos no Assentamento Junco, em 2011.

Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 1 – Culturas desenvolvidas no Assentamento Junco, Maragogi – AL, em 2011.

Culturas	% produtores
Banana	29
Batata-Doce	12
Cana Caiana	12
Capim	6
Coco	100
Feijão	12
Graviola	17
Inhame	12
Laranja	17
Mandioca	35
Manga	17
Sabiá	6

Fonte: Pesquisa de Campo

No sistema de criação o que predomina é a criação de aves, que chega a 93,3% dos assentados, já a criação de bovinos chega a 16,6%, animais de serviços a 33,3%, não foi registrada a criação de ovinos, caprinos ou suínos.

No Assentamento Junco não há beneficiamento ou armazenamento da produção, que é entregue na mão de atravessadores e sendo vendida após a colheita.

### **Perfil Administrativo**

Observou-se que 60% dos produtores decidem o que plantar pelo que renderia mais dinheiro, 30% decidem por tradição e 10% escolhem o que plantar pelo que o banco financia.

Dos assentados 33,3% afirmaram adotar novas tecnologias rapidamente, mas há uma resistência com 37% dos produtores afirmando que esperavam os outros usarem para ver se dá certo e 23% afirmaram que não adotam, enquanto 10% dos produtores não responderam. Percebeu-se ainda que 77% dos assentados

observam o que os outros fazem de bom em seus lotes e 70% copiam as coisas boas que vêm.

Foi constatado que 63% dos produtores mantêm máquinas e equipamentos de trabalho limpos e guardados em local adequado e 37% os deixam no ambiente de trabalho.

Apenas 26,6% dos assentados fazem registro financeiro das atividades de seus lotes, em caderno de anotações, mas todos afirmaram que comercializam toda a produção. A totalidade dos assentados afirmou que suas atividades produtivas dão lucro, mas pouco, e que essa situação poderia melhorar se houvesse um acompanhamento técnico.

## 5.CONCLUSÕES

Pôde ser observado no trabalho que os produtores rurais do assentamento, devido às péssimas condições de estradas, encontram problemas no acesso a escolas, hospitais, feiras e supermercados.

A idade avançada que a maioria dos assentados apresenta (entre 41 e mais de 60 anos) resulta em uma menor força de trabalho para as famílias, o que conota com que bem pouco da renda das mesmas seja gerada através dos lotes.

A resistência apresentada pelos assentados em relação à adoção de novas tecnologias dificulta o crescimento da produção e desenvolvimento do assentamento.

A falta de incentivos e assistência técnica faz com que os assentados não consigam ter uma produção satisfatória, fazendo assim com que os mesmos não invistam ou tentem melhorar sua produção.

Os assentados por não fazerem registro de suas atividades lucrativas, (73,3%) dificultam sua própria organização e controle de entrada e saída do capital, sem o gerenciamento necessário.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os assentados têm dificuldades para se organizarem e não parecem estar preparados de forma adequada para a autogestão, o que permitiria que administrassem de maneira eficiente e eficaz os seus respectivos lotes.

A produção agropecuária nos lotes atende a menos da metade das necessidades financeiras para a manutenção das respectivas famílias.

Os agricultores devem tirar da terra seu sustento e fazer gerar sua rentabilidade, pensando sempre na inovação tecnológica para alcançar a competitividade no mercado, oferecendo ao consumidor produtos de melhor qualidade.

## 7.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÂNGELO, A, B.; BONACCINI, A, L. **Fabrica Verde, curso de capacitação técnica –** organização social. São Paulo: Editora Global, v.1, 2002.

COOPEAGRO. **Realidade onde atua o projeto.** Disponível em: <<http://www.coopeagro.org/realidade.htm>>. Acesso em: 22.ago.2011.

DELGADO, G, C. Uma proposta para o desenvolvimento dos assentamentos. In: **Reforma Agrária.** São Paulo: ABRA, Vol. 32, n. 2, p. 57-62 jul/dez 2007.

DELGADO, G, C. Condições para o desenvolvimento dos projetos de assentamentos: alguns aspectos econômicos. In: **Reforma Agrária.** São Paulo: ABRA, Vol.32, n. 2, p.119-123 jul/dez, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. **Assentamentos rurais e agricultura regional:** contrapontos e ambiguidades. Contextualizar é preciso. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/~debarros/vferrante.html>>. Acesso em: 27.out.2011.

GRAZIANO da Silva, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22.out.2011, às 12:07.

INCRA – PRA. **Plano de Recuperação dos Assentamentos,** 2003.

KUSTER, A. et al. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado no Norte e Nordeste do Brasil –** Fortaleza, 2004.

LUCENA, L.P.; FIGUEIREDO NETO, L.F.; MARIANI, M.A.P.; SCHIERHOLT, M.I.; LUCENA, R.M. Novo Modelo de Assentamento para Reforma Agrária – Programa Terra Vida, o Estudo de Caso do Plano de Assentamento Itamarati II. In: XLV

**Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural** – SOBER, Londrina – PR, 2007.

NAVARRO, Z. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária. In: **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 11, n. 2, p. 86-93. São Paulo: fundação Sead, 1997.

PORTUGAL, Alberto Duque. O Desafio da Agricultura Familiar. In: **Embrapa**, artigos, 07/12/2004.

WANDERLEY, N. **Raízes Históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO (Org.) Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo – RS: UPF, 2001, 405. Disponível em: <<http://www.coopeagro.org/realidade.htm>>. Acesso em: 18.out.2011, às 14:03.

